

Programas Parentais para Prevenção de Maus-tratos Infantis: Análise de Revisões Sistemáticas

Marina Heinen, Marcela N. Penna e Denise Falcke

Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Submissão: 25 dez. 2020.

Aceite: 31 ago. 2021.

Editora de seção: Marina Monzani da Rocha.

Notas das Autoras

Marina Heinen  <https://orcid.org/0000-0001-9362-2295>

Marcela N. Penna  <https://orcid.org/0000-0002-7768-6966>

Denise Falcke  <https://orcid.org/0000-0002-4653-1216>

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas para Marina Heinen, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências da Saúde, Avenida Unisinos, 950, Cristo Rei, São Leopoldo, RS, Brasil. CEP 93022-750. Email: m.marinaheinen@gmail.com

Resumo

Os maus-tratos infantis têm alta prevalência no ambiente familiar. Assim, programas destinados aos pais são implementados para combatê-los. Este estudo objetivou analisar revisões sistemáticas que avaliaram os efeitos de programas parentais na prevenção de maus-tratos infantis. Conduziu-se uma revisão integrativa da literatura conforme o modelo PRISMA. Uma busca nas bases de dados Web of Science, PsycInfo, Ebsco, Lilacs e SciELO foi realizada. Recuperaram-se 54 artigos e incluíram-se 14 na análise. Os resultados consensuais mostraram dados favoráveis da implementação dos programas na redução de sintomas e maus-tratos infantis e aumento de práticas parentais positivas. As controvérsias pautaram-se pelo formato e pela base teórica dos programas. Como lacunas, os estudos indicam a necessidade de mais pesquisas em países de baixa e média rendas e investimentos em metodologias mais robustas e longitudinais. Conclui-se que um trabalho de intervenção destinado aos pais pode ser um caminho promissor para a prevenção de maus-tratos infantis.

Palavras-chave: maus-tratos infantis, revisão sistemática, intervenção psicológica, pais, relações pais-filho

PARENTING PROGRAMS FOR THE PREVENTION OF CHILD MALTREATMENT: ANALYSIS OF SYSTEMATIC REVIEWS

Abstract

Child maltreatment is highly prevalent in the family environment. Thus, programs intended for parents are implemented to combat it. This study aimed to analyze systematic reviews that evaluated the effects of parental programs on the prevention of child maltreatment. An integrative literature review was conducted according to the PRISMA model. A search was performed in the Web of Science, PsycInfo, Ebsco, Lilacs and SciELO databases. Fifty-four articles were retrieved, and 14 were included in the analysis. Consensus was identified as the favorable results of the implementation of the programs in decreasing symptoms and child maltreatment and increasing positive parenting practices. Controversies concerned the formats and theoretical frameworks adopted by the programs. As for the gaps, the studies indicate the need for more studies conducted in low- and middle-income countries and investments in more robust and longitudinal methodologies. In conclusion, intervening with parents can be a promising way to prevent child maltreatment.

Keywords: child abuse, systematic review, psychological intervention, parents, parent-child relations

PROGRAMAS PARENTALES PARA LA PREVENCIÓN DEL MALTRATO INFANTIL: ANÁLISIS DE REVISIONES SISTEMÁTICAS

Resumen

El maltrato infantil es prevalente en el entorno familiar. Por lo tanto, se implementan programas para padres para combatirlo. Este estudio tuvo como objetivo analizar revisiones sistemáticas que evaluaron los efectos de programas parentales en la prevención del maltrato infantil. Se realizó una revisión integradora de la literatura según PRISMA. Se realizó una búsqueda en las bases Web of Science, PsycInfo, Ebsco, Lilacs y SciELO. Se recuperaron 54 artículos y 14 fueron incluidos. Se identificó como consenso los resultados favorables de los programas para reducir los síntomas y el maltrato infantil y aumentar las prácticas parentales positivas. Las controversias fueron el formato y la base teórica de los programas. Como brechas, los estudios indican la necesidad de investigación en países de ingresos bajos y medianos e inversiones en metodologías más robustas y longitudinales. Se concluye que un trabajo de intervención dirigido a los padres puede ser una forma prometedora de prevenir el maltrato infantil.

Palabras clave: maltrato a los niños, revisión sistemática, intervención psicológica, padres, relaciones padres-hijo

A violência contra crianças envolve todas as formas de maus-tratos que resultam em danos à saúde e à sobrevivência e em déficit no desenvolvimento infantil. Há quatro tipos de violência: física, sexual, emocional/psicológica e negligência (World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, 2006). A violência física ocorre quando se utiliza da força física intencional, como empurrões, chutes e tapas. A sexual se refere ao envolvimento da criança em qualquer atividade sexual, como estupro ou comunicações eróticas. A violência emocional, também conhecida como psicológica, consiste no controle dos comportamentos da criança por meio de humilhação, intimidação, manipulação e ameaça. Já a negligência é a omissão de cuidados e necessidades básicos, como ausência de cuidados de higiene e alimentação, além de abandono (World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, 2006).

As diferentes formas de maus-tratos associam-se a prejuízos físicos, emocionais, cognitivos, comportamentais, sociais e neurobiológicos em longo prazo, podendo resultar em danos ao desenvolvimento infantil (World Health Organization, 2014). Pesquisas que avaliaram o impacto dos maus-tratos infantis na saúde mental apontam que a cronicidade de maus-tratos na infância pode ser um indicador de consequências negativas, tais como a presença de sintomatologia psiquiátrica, aumento do risco para uso de substâncias e suicídio, além de destacarem alterações cerebrais e cognitivas que podem aumentar a vulnerabilidade para o surgimento de psicopatologias (Coelho et al., 2016; Pinquart, 2016; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016).

Apesar desses dados, pesquisas nacionais e internacionais apontam que o uso de punições físicas tem alta frequência (Clemens et al., 2019; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016). Dados da violência contra crianças do United Nations Children's Fund – Unicef (2017) revelam que 80% das crianças em todo o mundo sofrem abuso físico. Os números ainda indicam que cerca de seis em cada dez crianças e adolescentes estão passíveis de ser vítimas de violência física por meio da punição, por parte dos cuidadores, visto que três em cada dez adultos acreditam que o castigo físico é uma forma de educar as crianças. Na mesma direção, um estudo hipotetiza que o uso recorrente de violência como uma estratégia parental para disciplinar pode evoluir para punições cada vez mais severas (Macedo et al., 2020). Uma metanálise realizada por Gershoff e Grogan-Kaylor (2016) revelou que o uso da força física por parte dos cuidadores para disciplinar se associou à presença de problemas internalizantes e externalizantes nas crianças, além de relacionamentos conflituosos entre pais e filhos.

Com base nesses dados, percebe-se que a violência contra crianças e adolescentes pode ser cometida de diversas maneiras e ocorre em uma relação de poder (Malta et al., 2017). Uma pesquisa realizou o levantamento dos dados epidemiológicos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e identificou que a maior porcentagem de maus-tratos infantis ocorre no ambiente familiar, sendo os pais os principais agressores (Macedo et al., 2020). A fim de analisar as notificações de violência contra crianças entre 0 e 9 anos, registradas em serviços públicos do Brasil, um estudo foi realizado utilizando dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes. O tipo de violência com maior percentual foi negligência, seguida de violência

física, sexual e psicológica. Em relação ao ambiente, 73,6% dos casos analisados ocorreram no ambiente familiar e 43,6% referiam-se à violência de repetição, principalmente em crianças de 6 a 9 anos, predominando nessa faixa os maus-tratos físicos (44,9%) (Rates et al., 2015).

Diante dos dados alarmantes sobre o uso da violência física como prática comum de educação, a prevalência dos pais como os principais agressores e os danos às crianças vítimas de violências, a Organização Mundial da Saúde salienta a importância de desenvolver relações saudáveis entre crianças e responsáveis para prevenir dificuldades comportamentais infantis e reduzir os índices de violência infantil (World Health Organization, 2009, 2014). Para alcançar esse objetivo, há amparo científico referente à implementação de programas de prevenção direcionados aos pais ou cuidadores com o propósito de promover práticas parentais positivas e, consequentemente, reduzir os maus-tratos infantis (Benedetti et al., 2020; Desai et al., 2017; World Health Organization, 2009, 2014). Recentemente, revisões sistemáticas da literatura levantaram as principais características de diferentes programas para pais e analisaram os efeitos desses programas tanto nos cuidadores quanto nas crianças. Em cada revisão, a maior parte dos artigos analisados apontam para o aprimoramento de práticas parentais positivas e, consequentemente, para a diminuição do uso da violência após a participação dos cuidadores nos programas (Benedetti et al., 2020; Efeýbera et al., 2018; Guisso et al., 2019).

Percebe-se uma ascensão de pesquisas relacionadas à temática, assim como resultados promissores sobre os efeitos desses programas para pais e crianças (Desai et al., 2017; Guisso et al., 2019; Benedetti et al., 2020). Entretanto, revisões sistemáticas sobre as intervenções propostas apontam questionamentos sobre algumas peculiaridades, como a manutenção dos ganhos em longo prazo, havendo indicação para que futuros estudos busquem atender à necessidade de uma metodologia mais robusta, como acompanhamento longitudinal e ensaios clínicos randomizados (Altafim & Linhares, 2016; Efeýbera et al., 2018). Outra questão a ser refletida diz respeito à alta ocorrência de estudos em países desenvolvidos em comparação com países em desenvolvimento (Guisso et al., 2019), além da carência na análise de custo-benefício e acessibilidade à comunidade (Efeýbera et al., 2018; World Health Organization, 2009).

Quando se revisa a literatura já existente, constata-se a existência de uma revisão de revisões sistemáticas sobre a temática de intervenções destinadas aos pais, com autoria de Mikton e Butchart (2009). Essa revisão buscou avaliar a qualidade metodológica e dos resultados de eficácia da prevenção universal e seletiva de maus-tratos infantis, incluindo artigos de 2000 a 2008. Contudo, levando em consideração a produção em grande escala nos últimos anos sobre a temática e a prevalência de maus-tratos infantis, identifica-se a necessidade de atualização do panorama. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi analisar os resultados dos programas por meio de uma síntese dos achados obtidos nas revisões sistemáticas. Mais especificamente, buscou-se avaliar o consenso, as controvérsias, as lacunas e as sugestões dos estudos analisados.

Método

Realizou-se uma revisão integrativa de revisões sistemáticas da literatura conforme as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (Prisma) (Moher et al., 2009).

Procedimentos de busca

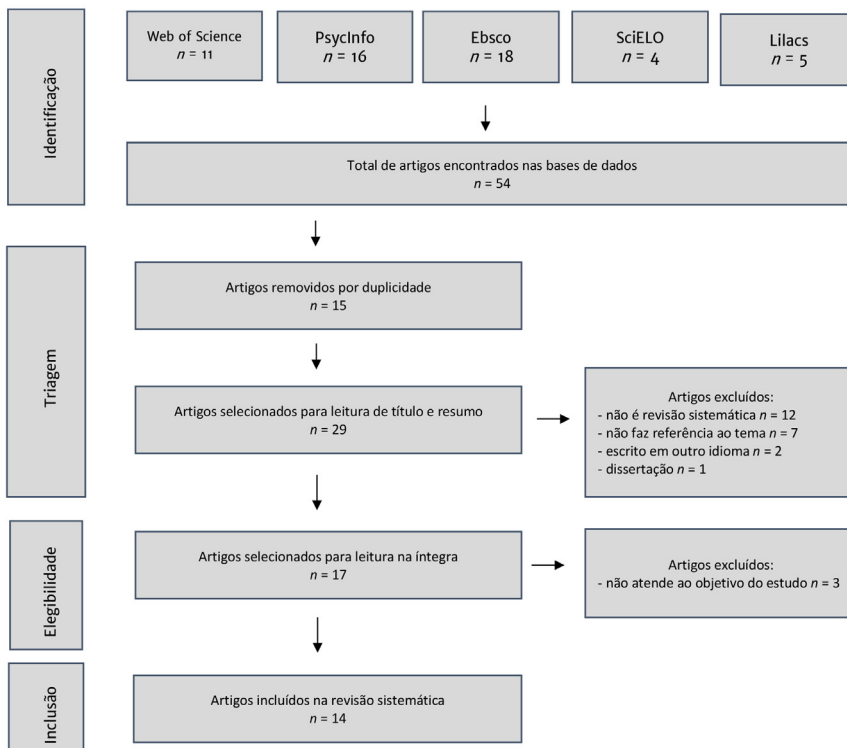
As buscas por artigos foram realizadas no mês de outubro de 2020 por duas juízas, nas bases de dados: Web of Science, American Psychological Association Database (PsycInfo), Ebsco, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Empregaram-se os descritores “systematic review” AND (violence OR maltreatment) AND (“parent* intervention” OR “parent* training” OR “parent* program” OR “parent* orientation”). As buscas foram feitas no idioma inglês. Entretanto, nas bases Lilacs e SciELO, por serem bases latino-americanas, empregou-se também a busca pelos descritores nos idiomas português (“revisão sistemática” AND “violência” OR “maus-tratos”) AND (“intervenção parental” OR “treino parental” OR “programa parental” OR “orientação parental”) e espanhol (“revisión sistemática” AND “violencia” OR “maltrato”) AND (“intervención de los padres” OR “capacitación de los padres” OR “programa de los padres” OR “orientación de los padres”).

A seleção dos artigos ocorreu a partir de critérios de inclusão e exclusão. Incluíram-se estudos de revisão sistemática que objetivavam avaliar programas com pais para prevenção de maus-tratos infantis, redigidos nos idiomas inglês, português e espanhol, sem delimitação de ano de publicação. Excluíram-se pesquisas disponibilizadas por meio de dissertações, estudos que não estavam alinhados à temática pesquisada e ao objetivo deste estudo, além dos duplicados.

Na Figura 1, apresenta-se o fluxograma que descreve o processo de busca e seleção dos artigos. Na primeira busca realizada, recuperaram-se 54 artigos, sendo 11 artigos na Web of Science, 16 na PsycInfo, 18 na Ebsco, quatro na SciELO e cinco na Lilacs. A partir da leitura dos títulos, excluíram-se 15 artigos duplicados. Posteriormente, realizou-se a leitura dos resumos de 39 artigos e, considerando os critérios de inclusão e exclusão, 22 artigos foram excluídos. Após essa etapa, procedeu-se à leitura dos textos na íntegra, e três artigos foram excluídos porque não correspondiam ao objetivo do estudo, ou seja, não eram revisões sistemáticas que tinham como objetivo avaliar programas com pais para prevenção de maus-tratos infantis. Assim, incluíram-se nesta revisão 14 artigos que atenderam aos critérios.

Figura 1

Fluxograma do Levantamento em Bases de Dados

**Análise de dados**

Realizou-se uma análise descritiva dos artigos incluídos, identificando os objetivos, o número de artigos, os programas e os resultados encontrados. Para organização dessas informações, elaborou-se uma tabela de caracterização dos estudos. Além disso, com a intenção de responder aos objetivos do presente estudo, utilizou-se o método da análise temática (AT) para a avaliação dos resultados dos estudos. O uso da AT possibilita a identificação, análise e definição de temas para sumarizar elementos-chave a partir de uma grande quantidade de dados (Braun & Clarke, 2006). Inicialmente, realizaram-se a leitura detalhada dos materiais e a anotação de ideias principais e, em um segundo momento, os dados foram agrupados conforme similaridade a partir de três temas definidos *a priori* considerando os objetivos: consenso entre os estudos, controvérsias entre os estudos e lacunas e sugestões apontadas pelos estudos.

Resultados

Caracterização dos estudos

A caracterização das revisões sistemáticas incluídas no presente estudo pode ser conferida na Tabela 1. Conforme os dados, a maior parte das publicações ($n = 10$) é relativa aos últimos quatro anos. Observa-se que todas as revisões objetivaram avaliar os efeitos dos programas destinados aos pais, incluindo impactos na prevenção ou redução de maus-tratos infantis. Quanto ao número de artigos incluídos em cada revisão sistemática, houve variação, sendo a média de 30,14 artigos ($DP = 22,43$) (mínimo = 9; máximo = 75). Em relação aos programas avaliados, observou-se um número elevado na maior parte das revisões, sendo o mínimo de um e o máximo de 102 programas avaliados. Uma revisão (Pontes et al., 2019) concentrou-se em avaliar pesquisas sobre um programa parental específico, três incluíram estudos com intervenções como visitas domiciliares ou grupo de pais (Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Mikton & Butchart, 2009), duas revisões não explicitaram os nomes das intervenções testadas nos estudos (Dretzke et al., 2009; Martins et al., 2020) e uma investigou exclusivamente recursos *on-line* para pais (Nieuwboer et al., 2013).

Tabela 1*Caracterização dos Estudos Incluídos*

Título	Autores	Ano	Período de busca	Objetivo	Nº estudos incluídos	Programas avaliados	Resultados
“A systematic literature review of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program”	Pontes et al.	2019	De 2000 a outubro de 2018.	Identificar o estado atual de pesquisas sobre o Programa ACT.	13	Um programa (<i>ACT Raising Safe Kids Program</i>) foi avaliado em todos os artigos analisados na revisão.	As pesquisas apontam redução da punição física e do problema de comportamento nas crianças e aumento de habilidades parentais.
“Program components of psychosocial interventions in foster and kinship care: A systematic review”	Kemmis-Riggs et al.	2018	De janeiro de 1990 a setembro de 2016.	Examinar a eficácia comparativa das intervenções psicossociais em acolhimento institucional e familiar.	17	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, 14 programas em cada artigo analisado na revisão.	A maior parte dos estudos mostrou benefícios ao comparar a intervenção entre grupos, apontando melhoras na redução de problemas de comportamento das crianças e no relacionamento pais-filhos em ambos.
“Parenting programs for the prevention of child physical abuse recurrence: A systematic review and meta-analysis”	Vlahovicova et al.	2017	Até abril de 2015.	Atualizar as revisões anteriores sobre intervenções parentais destinadas a prevenir o novo abuso de crianças por pais com abuso físico comprovado ou suspeita.	14	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, oito programas em cada artigo analisado na revisão.	Há evidências sobre a eficácia dos programas comportamentais com pais para reduzir marcadores rígidos de reincidência de abuso físico infantil. A redução do risco absoluto no risco de reincidência de maus-tratos foi de 11 pontos percentuais a menos nos pais que participaram dos programas. No entanto, o tamanho do efeito combinado não foi estatisticamente significativo.
“Una revisión sistemática de la eficacia de los programas de entrenamiento a padres”	Lozano-Rodríguez e Valero-Aguayo	2017	De janeiro de 2000 a abril de 2016.	Avaliar a eficiência dos programas de treinamento para pais no âmbito da intervenção psicológica.	48	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, 40 programas em cada artigo analisado na revisão.	Os programas com pais apresentaram benefícios na redução de maus-tratos infantil e problemas de comportamento nas crianças, assim como aquisição de habilidades parentais.
“Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review”	Altafim e Linhares	2016	De 2008 a 2014.	Examinar criticamente estudos empíricos sobre violência e programas de prevenção de maus-tratos infantis para pais.	23	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, 16 programas em cada artigo analisado na revisão.	Os programas se concentraram na prevenção de violência e maus-tratos infantis, promovendo práticas parentais positivas. Os estudos apontam melhorias nas estratégias parentais e no comportamento infantil pós-intervenção.

Tabela 1*Caracterização dos Estudos Incluídos*

Título	Autores	Ano	Período de busca	Objetivo	Nº estudos incluídos	Programas avaliados	Resultados
“Peer and professional parenting support on the internet: A systematic review”	Nieuwboer et al.	2013	De 1998 a 2010.	Realizar uma revisão de estudos que descrevem recursos <i>on-line</i> de apoio para pais.	75	Examinaram-se individualmente 75 recursos em cada artigo analisado na revisão.	A internet oferece uma variedade de oportunidades para oferecer suporte e consultoria de pares profissionais aos pais. Os estudos experimentais mostram efeitos positivos nas habilidades dos pais e no comportamento da criança.
“Parenting interventions to prevent violence against children in low- and middle-income countries in East and Southeast Asia: A systematic review and multi-level meta-analysis”	McCoy et al.	2020	Não informa.	Realizar uma revisão sistemática e metanálise sobre a eficácia de intervenções parentais na prevenção da violência contra as crianças.	11	Examinaram-se individualmente 11 programas em cada artigo analisado na revisão.	Os resultados sugerem que as intervenções parentais podem reduzir as taxas de violência contra as crianças e promover interações positivas entre pais e filhos.
“A scoping review of evidence-based interventions available to parents of maltreated children ages 0-5 involved with child welfare services”	Landers et al.	2018	Não informa.	Mapear a extensão e o alcance de intervenções disponíveis dentro de um contexto de bem-estar infantil para pais de bebês e crianças pequenas	65	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, 42 programas em cada artigo analisado na revisão.	As intervenções melhoraram as práticas parentais e o relacionamento entre pais e filhos. As intervenções para pais de crianças de 0 a 5 anos são frequentemente medidas por meio de estudos de caso e estudos quase experimentais.
“Parenting programs to prevent corporal punishment: A systematic review”	Santini e Williams	2016	De 1994 a 2014.	Realizar uma revisão sistemática sobre programas parentais com conteúdo específico para redução da prática do castigo corporal.	9	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, cinco programas em cada artigo analisado na revisão.	Todos os estudos relataram resultado satisfatório na diminuição das agressões dos pais aos filhos.
“Improving positive parenting skills and reducing harsh and abusive parenting in low- and middle-income countries: A systematic review”	Knerr et al.	2013	Até maio de 2010.	Investigar a eficácia das intervenções parentais para reduzir a prática abusiva dos pais, aumentando as práticas parentais positivas e melhorando as relações pais-filhos nos países de baixa e média rendas.	12	Examinaram-se, de forma individual e comparativamente, 12 intervenções em cada artigo analisado na revisão.	Os estudos apontam efeitos positivos e significativos na interação entre pais e filho e redução de práticas parentais severas.

Tabela 1*Caracterização dos Estudos Incluídos*

Título	Autores	Ano	Período de busca	Objetivo	Nº estudos incluídos	Programas avaliados	Resultados
“The clinical effectiveness of different parenting programmes for children with conduct problems: A systematic review of randomised controlled trials”	Dretzke et al.	2009	Até 2006.	Revisar sistematicamente os ensaios clínicos randomizados de programas parentais para o tratamento de crianças com problemas de conduta.	57	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, 102 programas em cada artigo analisado na revisão.	A maioria das intervenções centrou-se apenas nos pais. Nenhum estudo comparando programas parentais com um grupo de controle avaliou os resultados nos últimos seis meses. Não houve evidências suficientes para determinar diretamente a eficácia relativa de um tipo de programa de pais em relação a outro.
“Effects of parenting interventions on child and caregiver cortisol levels: Systematic review and meta-analysis”	Martins et al.	2020	Sem restrições de data.	Revisão sistemática do impacto de intervenções de treinamento de pais sobre os níveis de cortisol das crianças e dos cuidadores.	27	Examinaram-se individualmente 27 programas em cada artigo analisado na revisão.	As evidências existentes não mostram nenhum efeito das intervenções de treinamento dos pais na criança ou no cuidador após intervenção nos níveis de cortisol.
“A systematic review of the evidence for family and parenting interventions in low- and middle-income countries: Child and youth mental health outcomes”	Pedersen et al.	2019	De 1967 a 2017.	Apresentar evidências de intervenções familiares e parentais na saúde mental de crianças e jovens em países de média e baixa rendas.	36	Examinaram-se individualmente 32 programas em cada artigo analisado na revisão.	A maior parte dos estudos mostrou um efeito positivo e significativo no grupo de intervenção na saúde mental e bem-estar de crianças e jovens, bem como comportamentos parentais e funcionamento familiar em populações de países de média e baixa rendas.
“Child maltreatment prevention: A systematic review of reviews”	Mikton e Butchart	2009	De janeiro de 2000 a julho de 2008.	Sintetizar evidências recentes de revisões sistemáticas e abrangentes sobre a eficácia das intervenções universais e seletivas de prevenção de maus-tratos infantis.	26	Examinaram-se, de forma individual ou comparativamente, sete intervenções em cada artigo analisado na revisão.	A visita domiciliar, a educação dos pais e a prevenção do abuso sexual infantil parecem eficazes na redução dos fatores de risco de maus-tratos infantis.

De acordo com as revisões selecionadas para o presente artigo, foi identificada uma predominância de estudos com a metodologia de ensaios clínicos randomizados (Dretzke et al., 2009; Knerr et al., 2013; Martins et al., 2020; McCoy et al., 2020; Mikton & Butchart, 2009; Pedersen et al., 2019; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017) e a presença de estudos com avaliação de acompanhamento em 64,28% das revisões incluídas neste artigo (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017). A maior parte das revisões ($n = 11$) incluiu estudos em que os participantes avaliados eram cuidadores e crianças (Altafim & Linhares, 2016; Dretzke et al., 2009; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Martins et al., 2020; Nieuwboer et al., 2013; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016). Duas revisões apontam que os programas se concentraram em avaliar somente mães e pais (McCoy et al., 2020; Vlahovicova et al., 2017) e outra não refere quem foram os participantes avaliados (Mikton & Butchart, 2009). Destaca-se que os instrumentos de avaliação utilizados para mensurar as variáveis não foram analisados por causa da alta heterogeneidade. Do mesmo modo, constatou-se uma heterogeneidade na variação na terminologia utilizada nos descritores de busca, mas todos os estudos incluíram descritores que se referem a programas de intervenção parental. Dentre todas as intervenções, oito revisões apresentam alguns programas destinados exclusivamente às mães (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; McCoy et al., 2020; Nieuwboer et al., 2013; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016) e quatro ressaltam a maior participação de pessoas do gênero feminino, prioritariamente a mãe (Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Pedersen et al., 2019). Uma revisão não explicita informações sobre os participantes (Mikton & Butchart, 2009). Apenas na revisão de Vlahovicova et al. (2017), todos os estudos incluíram um percentual mínimo de 15% de pais fisicamente abusivos. Entretanto, ressalta-se que, na revisão de Santini e Williams (2016), também foram encontrados estudos que incluíram amostras de pais com práticas relativas aos maus-tratos infantis. Nas demais revisões, os programas foram destinados aos pais ou cuidadores sem eleger como critério o histórico ou a ocorrência de maus-tratos. Na revisão Kemmis-Riggs et al. (2018), contemplaram-se programas para familiares adotivos, enquanto a revisão de Landers et al. (2018) foi a única que reuniu estudos com foco em intervenções para pais de crianças pequenas com idade entre 0 e 5 anos.

Quanto ao formato das intervenções, duas revisões incluíram estudos apenas com programas grupais (Altafim & Linhares, 2016; Pontes et al., 2019). Quando se analisaram as demais revisões, houve predomínio de programas em grupo (Dretzke et al., 2009; Kemmis-Riggs et al., 2018; McCoy et al., 2020; Pedersen et al., 2019; Santini & Williams, 2016) e, em três revisões, não se encontraram informações sobre a prevalência de um formato em detrimento de outro (Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Martins et al., 2020; Vlahovicova et al., 2017). A maior parte dos estudos incluídos nas revisões não explicita a abordagem teórica que embasa os

programas (Altafim & Linhares, 2016; Dretzke et al., 2009; Landers et al., 2018; Martins et al., 2020; McCoy et al., 2020; Mikton & Butchart, 2009; Pedersen et al., 2019).

No que diz respeito à prevalência geográfica dos estudos avaliados pelas revisões, nota-se predomínio de pesquisas com programas parentais para prevenir maus-tratos infantis em países de alta renda ou desenvolvidos (Mikton & Butchart, 2009; Santini & Williams, 2016) e, na maior parte das revisões, os Estados Unidos foram considerados o país de notoriedade dentro das aplicações de programas para pais (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Landers et al., 2018; Martins et al., 2020; Mikton & Butchart, 2009; Pontes et al., 2019; Vlahovicova et al., 2017). Três estudos pesquisaram especificamente países de baixa e média rendas (Knerr et al., 2013; McCoy et al., 2020; Pedersen et al., 2019). Em relação aos estudos do Brasil, somente quatro revisões identificam a presença de pelo menos um estudo que avaliou os efeitos de programa para prevenir maus-tratos infantis (Knerr et al., 2013; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016).

Com base nos objetivos propostos, foram definidos três eixos temáticos para a análise dos resultados dos programas. São eles: consenso entre os estudos, controvérsias entre os estudos e lacunas e sugestões apontadas pelos estudos.

Consenso entre os estudos

Em relação aos resultados das intervenções, destaca-se que o maior efeito observado foi na redução de maus-tratos infantis (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; McCoy et al., 2020; Mikton & Butchart, 2009; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017). Os estudos incluídos nas revisões referem que a maior parte dos programas enfatiza o uso de técnicas como aprimoramento de habilidades parentais positivas (Altafim & Linhares, 2016; Dretzke et al., 2009; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Martins et al., 2020; McCoy et al., 2020; Mikton & Butchart, 2009; Nieuwboer et al., 2013; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017), resolução de problema (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; McCoy et al., 2020; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016), manejo de raiva e estresse (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Martins et al., 2020; McCoy et al., 2020; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016) e ampliação do conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento infantil (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Mikton & Butchart, 2009; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019), apresentando resultados favoráveis nessas medidas. Nas crianças, foi encontrada redução no nível de problemas de comportamentos e dificuldades emocionais (Altafim & Linhares, 2016; Dretzke et al., 2009; Kemmis-Riggs et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016). Também foi possível identificar melhora na qualidade da relação entre pais e filhos (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018;

Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; McCoy et al., 2020; Pedersen et al., 2019). Sendo assim, ainda que uma revisão (Martins et al., 2020) não tenha identificado efeitos positivos na diminuição do nível de cortisol após a participação nos programas, pode-se dizer que há praticamente um consenso sobre resultados favoráveis na realização de programas para pais.

Outro aspecto que pode ser considerado consenso é a valorização do uso de atividades práticas nos programas, por meio de *role play* ou discussões de práticas parentais gravadas em vídeos. Ainda que alguns estudos abordados pelas revisões não relatem essa questão, todos os que mencionam avaliam como positiva essa utilização (Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; McCoy et al., 2020; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017).

Controvérsias entre os estudos

As revisões incluídas não entram em consenso ao abordarem alguns aspectos, como o formato das intervenções e a base teórica de sustentação. Apesar do predomínio do formato grupal, percebe-se que também foi encontrado predomínio de intervenções individuais (Knerr et al., 2013), duas revisões referem maior número de intervenções por meio de visitas domiciliares e grupos de apoio (Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018) e duas abordam programas e recursos oferecidos na modalidade *on-line*, tanto individual quanto grupal (Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Nieuwboer et al., 2013).

Em relação à base teórica das intervenções, entre as 14 revisões incluídas neste estudo, apenas seis referem a teoria que apoia a maior parte das intervenções, sendo dois baseados na Teoria da Aprendizagem Social (Pontes et al., 2019; Vlahovicova et al., 2017), um apoiado na terapia cognitivo-comportamental (Santini & Williams, 2016) e outro no comportamentalismo (Dretzke et al., 2009). Duas revisões referem que houve prevalência de mais de uma abordagem, sendo uma fundamentada tanto na Teoria da Aprendizagem Social quanto na terapia cognitivo-comportamental (Kemmis-Riggs et al., 2018) e uma na Teoria da Aprendizagem Social e no comportamentalismo (Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017).

Lacunas e sugestões apontadas pelos estudos

A partir da identificação de lacunas dos estudos incluídos nas revisões e com o intuito de avançar nas evidências científicas, as revisões analisadas indicam que é necessária a realização de mais estudos (Altafim & Linhares, 2016; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Martins et al., 2020; Mikton & Butchart, 2009; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Vlahovicova et al., 2017). Como visto, as evidências de programas parentais para prevenção de maus-tratos infantis em países de alta renda já são bem estabelecidas. Todavia, as revisões salientam a importância de mais pesquisas com programas para prevenção de maus-tratos infantis em países de baixa e média rendas (Altafim & Linhares, 2016; McCoy et al., 2020; Mikton & Butchart, 2009; Pedersen et al., 2019), assim como no Brasil (Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016).

A realização de novas pesquisas requer maior rigor metodológico (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Mikton & Butchart, 2009; Pontes et al., 2019; Vlahovicova et al., 2017), principalmente em relação ao acompanhamento longitudinal, para avaliar a manutenção dos resultados das intervenções (Altafim & Linhares, 2016; Dretzke et al., 2009; Kemmis-Riggs et al., 2018; Landers et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; McCoy et al., 2020; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017). Ainda em relação à metodologia, apesar de os estudos incluídos nas revisões apresentarem dados de eficácia dos programas, há uma preocupação em mensurar os mecanismos de mudança envolvidos nas intervenções (Landers et al., 2018; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Vlahovicova et al., 2017), bem como indicação da realização de comparações entre programas (Dretzke et al., 2009; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Pontes et al., 2019).

Quanto aos participantes, há indicação de formar grupos diversificados com a presença de mães e pais em conjunto, por exemplo, além de buscar maior inserção dos pais (Landers et al., 2018; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019) e envolver mais de um informante para avaliar a criança (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Pontes et al., 2019). Futuros estudos também devem investigar fatores associados tanto com o engajamento na intervenção quanto com a baixa retenção de participantes na avaliação pós-intervenção (Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016).

Um ponto a ser destacado em futuras intervenções é o foco na melhora da qualidade da relação entre pais ou cuidadores e filhos, priorizando habilidades como empatia, sensibilidade e respostas sintonizadas para as demandas das crianças. Nessa perspectiva, a maior parte das revisões deste artigo sustenta a possibilidade e importância de avaliar a relação entre pais e filhos por meio da observação e de atividades práticas (Altafim & Linhares, 2016; Kemmis-Riggs et al., 2018; Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018; Lozano-Rodríguez & Valero-Aguayo, 2017; McCoy et al., 2020; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017). Por fim, um estudo de revisão aponta como oportunidade para futuros estudos a implementação e avaliação de intervenções *on-line* para pais (Nieuwboer et al., 2013), o que permitiria a comparação de efetividade a partir de diferentes formatos, por exemplo.

Discussão

Na avaliação de programas para a prevenção de maus-tratos infantis, fica evidente, a partir da caracterização das revisões sistemáticas, a importância de definir cuidadosamente os critérios dos participantes de programas parentais. Um dos motivos é a existência de diferentes fatores de risco entre cuidadores que não utilizam estratégias violentas ou não estão em risco de praticar maus-tratos infantil e aqueles que já perpetraram violência, por exemplo (Beatriz & Salhi, 2019). Essas diferenças baseiam-se em fatores individuais, como nível de estresse e psicopatologia dos pais, questões interpessoais e familiares, fatores culturais relacionados às regras e aos

comportamentos do contexto em que estão inseridos e fatores socioeconômicos, como baixa escolaridade e renda (Altafim et al., 2018; Beatriz & Salhi, 2019; Clemens et al., 2019).

Com base nisso, a literatura aponta que os fatores individuais e sociais dos participantes precisam ser levados em consideração na medida em que podem se relacionar com a ocorrência de maus-tratos infantis, influenciar na motivação dos pais em aderir aos programas de prevenção ou redução de violência contra crianças e ter relação com os efeitos da intervenção (Beatriz & Salhi, 2019; Clemens et al., 2019; Santini & Williams, 2016). Entre os estudos analisados, destaca-se que, apesar de as revisões de Vlahovicova et al. (2017) e Santini e Williams (2016) referirem estudos com programas com pais que praticam maus-tratos infantis, os estudos não mencionam dados sobre taxa de engajamento ou comparação com pais não violentos no desfecho da intervenção. Hipotetiza-se que o estigma e julgamento social possam se relacionar com a menor aderência dos pais que já perpetuam violência, os quais já apresentam maior resistência em reconhecer as consequências dessas práticas, vistas por eles como um modo comum de se relacionar com as crianças e exercer a parentalidade. Assim, os diversos fatores de risco associados à parentalidade e ao ambiente familiar e social, assim como a frequência dos tipos de práticas parentais utilizadas, precisam ser mais bem exploradas (Beatriz & Salhi, 2019; Altafim et al., 2018). Isso pode possibilitar uma adequação no planejamento e na condução da intervenção de forma a alcançar resultados satisfatórios na redução de maus-tratos infantis.

A diferença de gênero na participação dos cuidadores encontrada nas revisões está de acordo com a literatura, que destaca a prevalência de pessoas que exercem o papel de mãe na avaliação e no acompanhamento das crianças (Smith et al., 2012; Guisso et al., 2019). Foi levantada a hipótese de que isso esteja associado a aspectos culturais em relação aos cuidados e ao envolvimento com os filhos, considerados responsabilidade materna. Essa suposição é reforçada por estudos que referem que a maior participação das mães e o foco dos programas na díade mãe-filho podem estar relacionados a questões culturais e institucionais de gênero (Smith et al., 2012; Panter-Brick et al., 2014). Esse viés pode levar ao maior recrutamento de participantes mães, assim como à acessibilidade aos programas de participantes mulheres.

Entretanto, há evidências da importância do envolvimento do pai no desenvolvimento das crianças, aspecto pouco explorado em programas parentais (Landers et al., 2018; Panter-Brick et al., 2014). A falta de participação do pai nos programas de orientação é um dado corroborado por uma revisão sistemática que avaliou o envolvimento do pai em 15 programas de prevenção de maus-tratos infantis e identificou apenas duas intervenções destinadas exclusivamente ao pai e, nas demais, a porcentagem de pais participantes era pequena se comparada à das mães. Esse dado dificulta a análise de eficácia dos programas para o pai por causa da prevalência amostral (Smith et al., 2012). Assim, com a intenção de compreender esse fenômeno, é substancial a realização de novos estudos para avaliar não apenas a participação, mas também os fatores associados ao recrutamento, ao engajamento e à permanência dos pais em programas parentais, tendo em vista que a maior parte dos perpetradores de violência contra crianças são os pais (Malta et al., 2017; Macedo et al., 2020).

Quando se analisam os programas avaliados nos estudos incluídos nas revisões sistemáticas, percebe-se que os programas *Triple P*, *Incredible Years* e *Parent-Child Interaction Therapy* (PCIT) foram citados em pelo menos 50% dos estudos incluídos nas revisões. Além disso, destaca-se que, em uma das revisões (Pontes et al., 2019), o *ACT Raising Safe Kids Program* foi alvo de investigação de pesquisas empíricas. Acredita-se que esses programas receberam maior foco por apresentarem uma longa trajetória científica com estudos randomizados controlados em diferentes países demonstrando sua eficácia e aplicabilidade (Altafim et al., 2021; Long et al., 2017; Webster-Stratton & Bywater, 2019). Vale ressaltar que, diante do arcabouço científico, esses quatro programas supracitados possuem apoio de instituições maiores, como a World Health Organization (Hardcastle et al., 2015), o que pode influenciar a disseminação em larga escala. Percebe-se que o programa ACT, por exemplo, tem posição de evidência no Brasil, o que pode ser explicado pelos resultados positivos, como promoção de práticas parentais positivas e redução de problemas emocionais e comportamentais em crianças, derivados de ensaios clínicos randomizados (Altafim & Linhares, 2019; Altafim et al., 2021; Pontes et al., 2019).

As revisões sistemáticas analisadas revelam que o trabalho de intervenção destinado aos pais é um caminho promissor para prevenção e redução de maus-tratos infantis e pode influenciar positivamente o desenvolvimento infantil, reduzindo problemas emocionais e comportamentais nas crianças. Contudo, nos programas parentais, as mudanças com relação à redução de maus-tratos infantis não são provenientes de impedimento direto do comportamento violento, mas, sim, do desenvolvimento de habilidades dos pais, da mudança de estilo e da interação com a criança (Altafim & Linhares, 2016; World Health Organization, 2009). Com o intuito de prevenir a violência contra crianças, foi observado que, entre os estudos, predominaram a técnica de resolução de problemas, o desenvolvimento de práticas parentais positivas e o manejo da raiva e do estresse. Uma recente revisão da literatura aponta que conduzir os programas a partir desses focos pode levar à obtenção de resultados positivos tanto para os pais quanto para os filhos (Benedetti et al., 2020).

Posto isso, ressalta-se que, para mensurar o impacto das intervenções, torna-se válido avaliar e também acompanhar a manutenção dos resultados nas crianças e nos pais. Na presente análise de revisões, foi percebido que a maioria dos estudos analisados (Kemmis-Riggs et al., 2018; McCoy et al., 2020; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Santini & Williams, 2016; Vlahovicova et al., 2017) aponta como sugestões a necessidade de *follow-up* mais extensos, permanecendo aberto o questionamento quanto aos efeitos positivos dos programas ao longo do tempo.

Apesar de a maior parte das revisões incluir estudos com ensaios clínicos randomizados com resultados de eficácia dos programas, enfatiza-se a necessidade de investigar os mecanismos que levam à mudança dos escores dos pais e das crianças após as intervenções (Landers et al., 2018; Pedersen et al., 2019; Pontes et al., 2019; Vlahovicova et al., 2017). Supõe-se que essa ênfase nos mecanismos específicos de mudança poderá auxiliar na compreensão de como os programas funcionam e refletir de que forma a eficácia pode ser mais bem sustentada cientificamente.

Percebeu-se que a maior parte dos estudos não refere a linha teórica de apoio dos programas revisados, não sendo possível determinar se há uma abordagem mais eficaz do que outra na prevenção de violência. Esse achado vai ao encontro de uma recente revisão sistemática que levantou características de programas de orientação para pais e também aponta que a maioria dos estudos não faz menção à teoria de referência dos programas (Benedetti et al., 2020). Apesar de alguns estudos referirem a prevalência da abordagem cognitivo-comportamental (Bochi et al., 2016; Santini & Williams, 2016), parece não haver consenso na literatura em relação à predominância de uma abordagem teórica em programas parentais. Hipotetiza-se que isso ocorra porque, apesar de os programas terem embasamento teórico, os estudos se referem apenas às técnicas ou aos temas abordados, não explicitando claramente quais pressupostos sustentam as intervenções.

Apesar de a maior parte dos programas investigados pelos estudos incluídos nas revisões ser organizada de maneira grupal, as intervenções individuais focadas na interação entre pais e filhos também parecem ter destaque na literatura. Um dos motivos é a possibilidade de intervir no ambiente natural da criança, a partir de atividades práticas com foco na mudança do padrão de interação e na busca de estratégias assertivas (Knerr et al., 2013; Landers et al., 2018). Outra modalidade é por meio de plataformas *on-line*. Apesar de as pesquisas empíricas ainda serem incipientes, os pais podem se beneficiar de recursos disponibilizados na internet não apenas para buscar esclarecimentos de dúvidas e adquirir conhecimentos, mas também para se envolver em intervenções *on-line* (Nieuwboer et al., 2013). Diante de diferentes formatos de intervenção, torna-se fundamental considerar a aplicabilidade e o custo-benefício dos programas tendo em vista o contexto em que o programa será fornecido, a população a quem se destina, o acesso ao treinamento e ao material das intervenções, e o valor disso (Altafim & Linhares, 2020; Desai et al., 2017; Efeýbera et al., 2018; Knerr et al., 2013; McCoy et al., 2020; Santini & Williams, 2016; World Health Organization, 2009). Nesse sentido, pode ser uma oportunidade investir em inovação tecnológica por meio da implementação de programas parentais *on-line*. O uso da tecnologia aliado às intervenções pode ser justificado pelo alto número de pais que utilizam a internet para buscar apoio no exercício da parentalidade e pela lacuna científica sobre a eficácia de programas *on-line* (Nieuwboer et al., 2013).

Sabe-se da existência de pesquisas brasileiras relacionadas à implementação e aos efeitos de programas parentais para prevenção de maus-tratos infantis (Altafim et al., 2021; Altafim & Linhares, 2019; Pontes et al., 2019). Entretanto, sugere-se que sejam ampliadas na diversidade do contexto brasileiro, respondendo às lacunas indicadas nos estudos sobre a defasagem de intervenções no Brasil, assim como ocorre em outros países de média e baixa rendas (Desai et al., 2017). Essa diferença entre países e escassez de pesquisas brasileiras também foi evidenciada em revisões sistemáticas sobre programas parentais (Benedetti et al., 2020; Bochi et al., 2016).

Em suma, acredita-se que essas considerações possam aprimorar as pesquisas no quesito metodológico, contribuindo para resultados mais confiáveis e científicos. Com base no exposto, sugerem-se mais pesquisas com rigor metodológico apurado, para minimizar a possibilidade de

outros atravessamentos e oportunizar uma avaliação clarificada e sustentada cientificamente sobre os impactos dos programas parentais em diferentes dimensões dos pais e da criança.

Este estudo realizou uma revisão sobre os resultados de programas de intervenção parental descritos em revisões sistemáticas. Assim, apresentou um panorama sobre consensos e controvérsias em relação às características, aos participantes, às técnicas, à abordagem teórica e aos resultados encontrados. As lacunas identificadas nas revisões podem guiar futuras pesquisas para contribuir para ciência, atender a ela e propiciar a entrega de intervenções planejadas com bases científicas e empíricas. Embora tenha sido recuperado um número significativo de revisões sistemáticas, destacamos o risco de viés devido à eleição dos descritores e das bases de dados, e, nesse contexto, alguns estudos talvez não tenham sido localizados.

Quanto às considerações sobre os achados, destacam-se a enorme quantidade de programas parentais para prevenção de violência avaliados e a escassez de evidências suficientes para determinar maior ou menor eficácia de um programa em relação a outros. Com base nisso, sugere-se a integração de programas parentais que possuem evidências científicas, para aproveitar os conteúdos e as estruturas já existentes, adaptando conforme as demandas parentais identificadas em diferentes contextos e realidades sociais. Uma unificação de programas poderia favorecer o desenvolvimento de um programa robusto, com grande potencial de disseminação.

Por fim, foi reconhecida a carência de estudos em países de baixa e média rendas e, por isso, destaca-se a necessidade de fomento para que programas para pais sejam desenvolvidos nesse contexto, a partir de uma proposta de aprimoramento constante de práticas parentais positivas. As lacunas também apontam a necessidade de estudos que possuam maior rigor metodológico para garantir evidências científicas, com maior aprofundamento em ensaios clínicos randomizados com viés longitudinal, para possibilitar o acompanhamento da manutenção dos ganhos após as intervenções em longo prazo.

Referências

- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2016). Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. *Psychosocial Intervention*, 25(1), 27–38. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2019). Preventive intervention for strengthening effective parenting practices. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 62, 160–172. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2019.03.003>
- Altafim, E. R. P., McCoy, D. C., & Linhares, M. B. M. (2018). Relations between parenting practices, socioeconomic status, and child behavior in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 89, 93–102. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.04.025>
- Altafim, E. R. P., McCoy, D. C., & Linhares, M. B. M. (2021). Unpacking the impacts of a universal parenting program on child behavior. *Child Development*, 92(2), 626–637. <https://doi.org/10.1111/cdev.13491>
- Beatriz, E., & Salhi, C. (2019). Child discipline in low and middle income countries: Socioeconomic disparities at the household and country-level. *Child Abuse & Neglect*, 94, 104023. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104023>
- Benedetti, T. B., Rebessi, I. P., & Neufeld, C. B. (2020). Programas de orientação de pais em grupo: Uma revisão sistemática. *Psicologia: Teoria e Prática*, 22(1), 368–398. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/12421>
- Bochi, A., Friedrich, D., & Pacheco, J. T. B. (2016). Revisão sistemática de estudos sobre programas de treinamento parental. *Temas em Psicologia*, 24(2), 549–563. <https://doi.org/10.9788/TP2016.2-09>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qpo630a>
- Clemens, V., Decker, O., Plener, P. L., Brähler, E., & Fegert, J. M. (2019). Autoritarismus wird salonfähig in Deutschland: Ein Risikofaktor für körperliche Gewalt gegen Kinder? *Zeitschrift für Kinder und Jugendpsychiatrie und Psychotherapie*, 47(5), 453–465. <https://doi.org/10.1024/1422-4917/a000684>
- Coelho, R., Levandowski, M. L., Mansur, R. B., Cunha, G. R. da, Asevedo, E., Zugman, A., Salum, G. A., Gadelha, A., Pan, P. M., Rizzo, L. B., Mandro, G., Mari, J. J., Rhode, L. A., Miguel, E. C., Bressan, R. A., Brietzke, E., & Grassi-Oliveira, R. (2016). Serum copeptin in children exposed to maltreatment. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, 70(10), 434–441. <https://doi.org/10.1111/pcn.12412>
- Desai, C. C., Reece, J. A., & Shakespeare-Pellington, S. (2017). The prevention of violence in childhood through parenting programmes: A global review. *Psychology, Health & Medicine*, 22(Suppl. 1), 166–186. <https://doi.org/10.1080/13548506.2016.1271952>
- Dretzke, J., Davenport, C., Frew, E., Barlow, J., Stewart-Brown, S., Bayliss, S., Taylor, R. S., Sandercock, J., & Hyde, C. (2009). The clinical effectiveness of different parenting programmes for children with conduct problems: A systematic review of randomised controlled trials. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 3, Article 7. <https://doi.org/10.1186/1753-2000-3-7>
- Efeybera Y., McCoy, D. C., Wuermli, A. J., & Betancourt, T. S. (2018). Integrating early child development and violence prevention programs: A systematic review. *New Directions for Child and Adolescent Development*, (159), 27–54. <https://doi.org/10.1002/cad.20230>
- Gershoff, E. T., & Grogan-Kaylor, A. (2016). Spanking and child outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *Journal of Family Psychology*, 30(4), 453–469. <https://doi.org/10.1037/fam0000191>
- Guisso, L., Bolze, S. D. A., & Viera, M. L. (2019). Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: Uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 12(1), 226–255. <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.121.10>
- Hardcastle, K., Bellis, M., Hughes, K., & Sethi, D. (2015). *Implementing child maltreatment prevention programmes: What the experts say*. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/326346>
- Kemmis-Riggs, J., Dickes, A., & McAloon, J. (2018). Program components of psychosocial interventions in foster and kinship care: A systematic review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 21, 13–40. <https://doi.org/10.1007/s10567-017-0247-0>

- Knerr, W., Gardner, F., & Cluver, L. (2013). Improving positive parenting skills and reducing harsh and abusive parenting in low- and middle-income countries: A systematic review. *Prevention Science, 14*, 352–363. <https://doi.org/10.1007/s11121-012-0314-1>
- Landers, A. L., McLuckie, A., Cann, R., Shapiro, V., Visintini, S., MacLaurin, B., Trocmé, N., Saini, M., & Carrey, N. J. (2018). A scoping review of evidence-based interventions available to parents of maltreated children ages 0–5 involved with child welfare services. *Child Abuse & Neglect, 76*, 546–560. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.09.012>
- Long, N., Edwards, M., & Bellando, J. (2017). Parent training interventions. In J. Matson (Ed.), *Handbook of childhood psychopathology and developmental disabilities treatment* (pp. 63–86). Springer.
- Lozano-Rodríguez, I., & Valero-Aguayo, L. (2017). Una revisión sistemática de la eficacia de los programas de entrenamiento a padres. *Revista de Psicología Clínica con Niños y Adolescentes, 4*(2), 85–101. <https://www.redalyc.org/pdf/4771/477152556001.pdf>
- Macedo, D. M., Lawrenz, P., Von Hohendorff, J., Freitas, C. P. P., Koller, S. H., & Habigzang, L. F. (2020). Characterization of child maltreatment cases identified in health services. *Paidéia, 30*, e3018. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3018>
- Malta, D. C., Bernal, R. T. I., Silva, M. M. A. da, & Freitas, M. I. F. (2017). Fatores associados a violências contra crianças em Serviços Sentinela de Urgência nas capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva, 22*(9), 2889–2898. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12752017>
- Martins, R. C., Blumenberg, C., Tovo-Rodrigues, L., Gonzalez, A., & Murray, J. (2020). Effects of parenting interventions on child and caregiver cortisol levels: Systematic review and meta-analysis. *BMC Psychiatry, 20*, 370. <https://doi.org/10.1186/s12888-020-02777-9>
- McCoy, A., Melendez-Torres, G. J., & Gardner, F. (2020). Parenting interventions to prevent violence against children in low- and middle-income countries in East and Southeast Asia: A systematic review and multi-level meta-analysis. *Child Abuse & Neglect, 103*, 104444. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104444>
- Mikton, C., & Butchart, A. (2009). Child maltreatment prevention: A systematic review of reviews. *Bull World Health Organization, 87*, 353–361. <https://doi.org/10.2471/BLT.08.057075>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. J., & The PRISMA Group. (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The Prisma Statement. *PLoS Medicine, 6*(7), 1–6. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Nieuwboer, C. C., Fukkink, R. G., & Hermanns, J. M. (2013). Peer and professional parenting support on the internet: A systematic review. *Cyberpsychology, Behavior and Social Networking, 16*(7), 518–528. <https://doi.org/10.1089/cyber.2012.0547>
- Panter-Brick, C., Burgess, A., Eggerman, M., McAllister, F., Pruett, K., & Leckman, J. F. (2014). Practitioner review: Engaging fathers—recommendations for a game change in parenting interventions based on a systematic review of the global evidence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 55*(11), 1187–1212. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12280>
- Pedersen, G. A., Smallegange, E., Coetzee, A., Hartog, K., Turner, J., Jordans, M. J. D., & Brown, F. L. (2019). A systematic review of the evidence for family and parenting interventions in low- and middle-income countries: Child and youth mental health outcomes. *Journal of Child and Family Studies, 28*, 2036–2055. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01399-4>
- Pinquart, M. (2016). Associations of parenting dimensions and styles with internalizing symptoms in children and adolescents: A meta-analysis. *Marriage & Family Review, 53*(7), 613–640. <https://doi.org/10.1080/01494929.2016.1247761>
- Pontes, L. B., Siqueira, A. C., & Williams, L. C. A. (2019). A systematic literature review of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program. *Journal of Child and Family Studies, 28*, 3231–3244. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01521-6>
- Rates, S. M. M., Melo, E. M. de, Mascarenhas, M. D. M., & Malta, D. C. (2015). Violência infantil: Uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. *Ciência & Saúde Coletiva, 20*(3), 655–665. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.15242014>

- Santini, P. M., & Williams, L. C. A. (2016). Parenting programs to prevent corporal punishment: A systematic review. *Paidéia*, 26(63), 121–129. <https://doi.org/10.1590/1982-43272663201614>
- Smith, T. K., Duggan, A., Bair–Merritt, M. H., & Cox, G. (2012). Systematic review of fathers' involvement in programmes for the primary prevention of child maltreatment. *Child Abuse Review*, 21(4), 237–254. <https://doi.org/10.1002/car.2195>
- United Nations Children's Fund. (2017). *A familiar face: Violence in the lives of children and adolescents*. <https://data.unicef.org/resources/a-familiar-face/>
- Vlahovicova, K., Melendez–Torres, G. J., Leijten, P., Knerr, W., & Gardner, F. (2017). Parenting programs for the prevention of child physical abuse recurrence: A systematic review and meta–analysis. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 20, 351–365. <https://doi.org/10.1007/s10567-017-0232-7>
- Webster–Stratton, C., & Bywater, T. (2019). The Incredible Years series: An internationally evidenced multi–modal approach to enhancing child outcomes. In B. H. Fiese, M. Celano, K. Deater–Deckard, E. N. Jouriles, & M. A. Whisman (Eds.), *APA handbook of contemporary family psychology* (Vol. 3, pp. 343–359). American Psychological Association.
- World Health Organization. (2009). *Preventing violence through the development of safe, stable and nurturing relationships between children and their parents and caregivers*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/44088>
- World Health Organization. (2014). *Global status report on violence prevention*. <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-NMH-NVI-14.2>
- World Health Organization, & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. (2006). *Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence*. <https://www.who.int/publications/i/item/preventing-child-maltreatment-a-guide-to-taking-action-and-generating-evidence>

EQUIPE EDITORIAL**Editora-chefe**

Cristiane Silvestre de Paula

Editores associados

Alessandra Gotuzo Seabra

Ana Alexandra Caldas Osório

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Editores de seção**“Avaliação Psicológica”**

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Vera Lúcia Esteves Mateus

Juliana Burges Sbicigo

“Psicologia e Educação”

Alessandra Gotuzo Seabra

Carlo Schmidt

Regina Basso Zanon

“Psicologia Social e Saúde das Populações”

Enzo Banti Bissoli

Marina Xavier Carpena

“Psicologia Clínica”

Carolina Andrea Ziebold Jorquera

Julia Garcia Durand

Natalia Becker

“Desenvolvimento Humano”

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Rosane Lowenthal

Suporte técnico

Camila Fragozo Ribeiro

Giovanna Joly Manssur

Maria Fernanda Liuti Bento da Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL**Coordenação editorial**

Ana Claudia de Mauro

Estagiária editorial

Isabela Franco Rodrigues

Preparação de originais

Carlos Villarruel

Revisão

Paula Di Sessa Vavlis

Diagramação

Acqua Estúdio Gráfico